

# As Mulheres na Clandestinidade a minha experiência

*Z i t a S e a b r a*

**PASSEI À CLANDESTINIDADE EM 1967. TINHA ENTÃO** 17 anos de idade. Vivia no Porto e era Presidente da Associação de Estudantes do Ensino Liceal desta cidade. Até 1974 vivi com identidade e com documentos falsos, longe da família e dos amigos, sempre no país, sem nunca ter saído para o estrangeiro, excepto no acto de transição da legalidade para a clandestinidade. Reencontrar a liberdade foi bem mais fácil do que o caminho inverso apesar do aparelho oleado do PCP que com dezenas de anos de experiência, enquadrava os novos quadros e lhe transmitia experiências que procuravam garantir a sobrevivência em condições complexas particularmente para quem, como eu, trabalhava com estudantes. O sector estudantil era o mais vulnerável de todos, sobretudo desde os meados dos anos 60, porque, por um lado era aquele em que se desenrolavam maiores e mais visíveis lutas, por outro era obviamente a organização em que se sucediam mais prisões (incluindo de funcionários clandestinos).

Passei à clandestinidade por razões idênticas às de muitas e muitas outras pessoas. Nas vésperas de um dia 1º de Maio recebi uns panfletos apelando aos trabalhadores para que se manifestassem na Baixa do Porto em comemoração do seu dia. Fiquei encarregada de organizar uma brigada de distribuição com dois estudantes das Escolas Técnicas que entretanto acabavam de ser recrutados para o PCP. A brigada distribuiu os papéis tão bem ou tão mal que passaram à porta de uma esquadra da polícia e foram presos. Para evitar então a minha própria prisão fui 3 meses para Paris para despistar a Polícia Política e reentrar no país com maior segurança.

Nessa altura, os funcionários clandestinos viviam preferencialmente nas zonas rurais e não nos centros urbanos. A minha primeira casa clandestina foi em Cête, junto ao Gaiato, no concelho de Penafiel.

Não durou muito tempo esta casa, uma vez que a prisão de um funcionário que a conhecia (Francisco Canais Rocha), me obrigou a transferir-me inicialmente para uma pensão em Valongo, pouco depois para uma parte de casa no Porto, até, por fim, ir parar, por bem mais tempo a uma pequena vivenda de Rio Tinto.

Esta época foi a fase mais dura da minha vida de clandestina e de militante. Eram muito raras as mulheres que tinham trabalho de organização no aparelho clandestino. Primeiro porque havia uma tradicional divisão de funções em que à mulher competia defen-

der a casa e ao homem os contactos com os militantes e com os dirigentes. Em segundo lugar esta divisão facilitava a forma como o aparelho clandestino se organizava, disfarçava e defendia.

Tendo vindo posteriormente a ser «promovida» ao trabalho de organização, importa porém referir que nenhuma experiência foi tão dura e dolorosa do que a vivida como as chamadas oficialmente «Amigas das Casas do Partido».

As «Amigas» tinham por missão dar à clandestinidade, uma aparência de normalidade. Por isso estavam sempre em casa, enquanto os

«Ergue-te da noite, ó clandestino». Pintura mural.  
Belém, Lisboa. Fotografia de Paixão Esteves.



«companheiros» saíam para o trabalho. Elas apenas podiam ir às compras duas vezes por semana e nunca se afastavam de um pequeno raio muito próximo da residência.

Pelo meu lado, habituada a uma vida fácil da média burguesia portuense a adaptação foi para mim dolorosa e o isolamento foi sentido como um peso terrível. Os únicos contactos que tinha com o exterior eram com o camarada que vivia na casa e com o controleiro que uma vez por mês vinha durante dois ou três dias fazer reuniões às quais eu não tinha o direito de assistir. Uma regra de ouro da sobrevivência clandestina é precisamente só se conhecer aquilo que é estritamente necessário. As Amigas apenas assistiam ao ponto político da ordem de trabalhos em que o controleiro dava conta das lutas nacionais que sistematicamente varriam o país, dos bons ventos de esperança que chegavam do Leste a par com os grandes feitos económicos e científicos do socialismo real... Elas não conheciam sequer, o «sector» onde o «marido» trabalhava. O perigo de prisão para estas mulheres era porém tão grande como os dos homens que trabalhavam em contacto com a organização e com os militantes legais. A PIDE procurava não prender imediatamente um funcionário clandestino localizado, mas procurava vigiá-lo e segui-lo, para tentar atingir a sua casa e outros funcionários. Basta dizer que, por exemplo: no período de 1957 a 1965, foram assaltadas 40 casas clandestinas, encontradas pela PIDE e presos 122 funcionários (homens e mulheres) do PCP.

O isolamento das Amigas das Casas era tal que o PCP criou um jornal para difundir entre estas camaradas ou amigas (a diferença entre amigas e camaradas resultava do facto de que a muitas delas não serem reconhecidas sequer como militantes, apesar das duras funções desempenhadas). Chamava-se *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* e foi durante esses

anos tarefa minha receber os artigos e contribuições e imprimi-lo numa pequena tipografia clandestina que tinha em casa. *A Voz das Camaradas* era distribuído a estas mulheres clandestinas e foi a certa altura suspensa a sua publicação por se considerar que dava «pistas» à polícia sobre a forma de organização das casas. O seu esquema gráfico inicial era da autoria do pintor Dias Coelho.

Habituada a uma vida movimentada dava-me particularmente mal com o vazio da grande tarefa que tinha: estar em casa! Por isso, procurei sempre e muitas outras o fizeram também, encontrar outros trabalhos compatíveis com a vida isolada entre paredes. Tive sempre, durante esses anos, uma pequena tipografia onde imprimia diariamente muitos dos panfletos e outros documentos do sector estudantil. Fui ainda encarregada de um outro trabalho que me dava um particular prazer: passar à máquina muitas folhas escritas à mão, a lápis, em papel mortalha de cigarro, vindas dos presos nas cadeias de Caxias ou de Peniche. Eram papéis escritos sem o mínimo desperdício, num minucioso trabalho de muitas horas e passados para o exterior nas condições mais curiosas: nas bainhas das roupas, nas solas dos sapatos, etc. Lembro-me bem do carinho e emoção com que recebia essas minúsculas folhas de papel e as descodificava para letra de máquina. Traziam notícias das cadeias, informavam de novos presos, do comportamento dos presos recentes, de questões pessoais e políticas das pessoas que viviam nas cadeias e particularmente das celas que mandavam aquelas notícias. Respondiam também às questões políticas que tinham recebido do exterior.

A minha última casa clandestina onde mantive funções de Camarada da Casa do Partido, foi na praia da Madalena, junto ao Porto. Desta casa guardo melhores recordações porque conseguia ir a pé, através do pinhal até ao mar de que tinha

imensas saudades. O mar ainda hoje tem para mim a dimensão da liberdade.

As tarefas eram as mesmas, mas outras diferenças, para melhor, existiam. Esta casa era o local de reunião dos funcionários clandestinos que controlavam o sector estudantil nas três Academias entretanto existentes: Lisboa, Coimbra e Porto. Até então o sector estudantil estava ligado a cada uma das Direcções Regionais do PCP e não tinha contactos directos entre si. E 1969, face à dimensão que a luta assumiu, particularmente em Lisboa e em Coimbra, o PCP decidiu unificar as estruturas de controle estudantil e ligá-las directamente à direcção do PCP.

Recordo-me bem que nesse tempo o responsável por Lisboa chegava à Madalena passando por Castelo Branco!

Nesta casa, tinha como vizinha uma vidente, com clientes vindos de todo o país, o que por um lado era tranquilizante uma vez que ninguém estranhava nada do que acontecesse por ali e tudo o que de anormal sucedia era em muito ultrapassado pela estranha vida e curiosos poderes da vizinha. Mas, por outro lado, a estadia dos seus clientes horas a fio de pé, na rua, à espera de vez, facilmente disfarçariam qualquer polícia que quisesse vigiar a nossa casa.

Esta vida de verdadeira clausura terminou porém para mim um dia quando me comunicaram que vindo de encontro aos meus desejos o Partido tinha decido enviar-me para o trabalho de organização em Lisboa. Ia controlar os estudantes de Lisboa. Ainda recordo a conversa que tive na altura como se fosse hoje mesmo. Dizia-me o camarada controlador que ia mudar de tarefas, salientando sempre que o Partido apreciava tanto a modéstia da tarefa de uma camarada da Casa do Partido e dava-lhe tanto valor como a mais arriscada missão do Secretário Geral do Partido. Eu, é que concordar, concordava! Mas achar, não achava nada. Queria definitivamente agarrar o trabalho de organização e

dar algum sentido ao imenso sacrifício que fazia ao estar isolada, longe da família e dos amigos.

Não ia mais pôr em prática os conhecimentos e a experiência que já tinha ganho, em como se alugava uma casa sem fiador (na altura era obrigatório a sua indicação) e sem fotografia do casamento, que alguns senhorios de casas já mobiladas pediam para se certificarem que não se tratava de um senhor e uma senhora pura e simplesmente fugidos aos legítimos esposos!

Ao longo dos 48 anos que durou a luta clandestina, o PCP sempre subalternizou as mulheres e as remeteu para um papel de mero apoio aos trabalho revolucionário dos camaradas. Houve sempre evidentemente algumas excepções de mulheres que ultrapassaram este estatuto mas são muito poucas. De tal forma foi assim que em 1981 quando o PCP organizou a Exposição: «60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria» o projecto de livro e de exposição que foram apresentados no Comité Central, tinham pura e simplesmente esquecido as mulheres! Apenas após críticas e protestos de várias mulheres presentes (a começar por mim) é que a exposição e o livro foram ligeiramente corrigidos... Foi, por exemplo introduzida a página que tem a fotografia de 12 mulheres que viveram na clandestinidade, todas elas nessa altura, membros do Comité Central.

## No trabalho de organização

Vim para Lisboa, para o trabalho de organização em 1970, num velho Pagnard, que pertencia ao Cavalheiro (presentemente famoso com as investigações de Camarate). Tão velho que em S. João da Madeira caiu-lhe o tubo de escape! Vinha outra vez, rumo ao desconhecido mas com a alegria de uma sensação de Apenas sabia que tinha um encontro com uma Camarada legal, no cimo do Parque Eduardo VII, que me encaminharia para uma casa onde ficaria a viver. Trazia como combinado, um jornal determi-

nado debaixo do braço, e uma senha e contra senha a dizer. Além disso vinha com uns sapatos vermelhos que segundo a camarada me diria mais tarde davam absolutamente nas vistas naquela época.

As minhas condições de vida mudaram radicalmente.

Passei a viver num andar em Lisboa, com duas camaradas legais e eu tinha a boa desculpa de ser hospedeira da TAP. Vivíamos do ordenado delas, que era substancialmente diferente das carências porque tinha passado no Norte, em que pouco ou nada havia para comer na última semana de cada mês.

Simultaneamente passei a viver com um risco muito mais próximo e provável de ser presa. Todos os funcionários que me antecederam no sector estudantil dificilmente fizeram mais de um ano no lugar...

Como me disseram na altura, o Partido mandava-me para aquela missão, porque a PIDE não estava à espera de uma mulher naquelas funções, e eu estaria assim mais defendida. Despitava a polícia mas na certeza de que um dia que a PIDE soubesse que era mulher, a polícia teria a vida muito facilitada...Tive assim que escolher um pseudónimo masculino que me disfarçasse mais. Em casa, porém, era Teresa e no Bilhete de Identidade constava o nome da pianista Helena Sá e Costa!

O Movimento Associativo tinha já na altura uma séria de dirigentes mulheres e algumas associações o número de associativos e associativas equivalia-se. Fui pois recebida com muito mais naturalidade do que se tivesse ido para um sector operário ou camponês. Nestes, dificilmente muitos viam como representante do Partido junto de si uma mulher. Lembro-me, por exemplo, de que o primeiro comício que fiz depois do 25 de Abril numa empresa (no Verão de 74) ter chegado para falar e terem-me perguntado: «*Ó Cama-*

*rada! O Partido não tinha lá mais ninguém para mandar?»*

Entrava assim no pequeno grupo das mulheres que tinham trabalho de organização e podia avaliar na pele a dureza de uma e de outra vida.

As conclusões são evidentes! Nada se compara em dureza, do quotidiano das Camaradas das Casas do Partido. A solidão, o isolamento, o ideal revolucionário alimentado não pela luta, mas por uma outra pessoa e tudo reduzido a um imenso espírito de missão.

Muitas vezes, estas mulheres tiveram filhos na clandestinidade e deles foi preciso separar-se na idade de entrarem para a escola. Então as crianças eram entregues para a família do pai ou da mãe em Portugal que desconheciam em absoluto, ou iam para a União Soviética para uma escola especial de portuguesas, onde permaneciam juntas longe da pátria e dos pais. Desta escola vieram em grupo após o 25 de Abril.

Separadas dos filhos e do mundo são obreiras de uma luta que as esqueceu. Após a queda do anterior regime, algumas (poucas) transitaram – finalmente – para o trabalho de organização. Mas a maioria continuou com funções que vinham no seguimento do que já anteriormente faziam. Muitas vêm a assegurar as sedes do PCP legal (limpeza, abertura da porta e funcionamento em geral). E ninguém recorda o seu esforço e abnegação. Não figuram pura e simplesmente nas múltiplas listas de anti-fascistas a recordar ou a condecorar.

Este ano, que se assinala vinte e cinco anos do 25 de Abril, apetece porém lembrar que houve pessoas, como elas que apenas por amor a um ideal ou por amor ao homem da sua vida, ou pelas duas coisas, dedicaram anos e anos a uma causa que consideravam justa, sem esperar nada em troca.